

PROCESSO Nº
31/14

REG. PROC. Nº
06

FL. 1
FOLHA Nº
03



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 18/14


DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOMOGI - Associação dos Produtores
Rurais do Vale do Mogi

Autor: de Ver. Osvald Antunes da Silva

AUT. 13/14

AUTUAÇÃO

Aos dezesseis dias do mês de maio de 2014
autuo o P.L. nº 13/14 em frente

Eu, ,subscrivi

x



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 31/14	Fis 02

PROJETO DE LEI Nº 18 /14.

Declara de utilidade pública a “ASSOMOGI – Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi”.

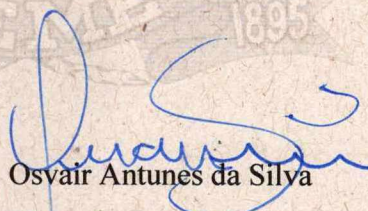
O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a “ASSOMOGI – Associação dos Produtores Rurais o Vale do Mogi”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, com foro no município de Leme, Estado de São Paulo, onde está sediada a Rua Joaquim Mourão, nº 73, Centro, regendo-se pela legislação em vigor e pelas normas estatutárias, inscrita no CNPJ/MF nº 06.319.574/0001-03.

Artigo 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das verbas próprias, consignadas no Orçamento.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Sala das Sessões Profº. Arlindo Fávaro, em 15 de maio de 2014.



Osvald Antunes da Silva
Vereador

REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 31

nis 08, do Registro de Processo nº 6

Leme, 16 de 5 de 20 14

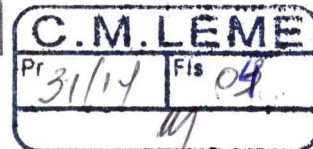
funcionário 

JUSTIFICATIVA

Tendo por finalidade o apoio, incentivo aos agricultores do município de Leme e também sua atuação em ações de sustentabilidade em relação ao meio ambiente conciliando com a agricultura, observando o princípio de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e bem servir. A ASSOMOGI- Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi, presta relevantes serviços, principalmente no que tange a comunidade rural tanto quanto na fomentação da agricultura, ações sociais, apoia projetos culturais, buscando sempre o bem estar coletivo, atua também na busca de melhoria da segurança na área rural como apoiadora do Núcleo de Segurança Rural Intermunicipal.



Osvalir Antunes da Silva

Fazenda
Ministério da Fazenda**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICANÚMERO DE INSCRIÇÃO
16.319.574/0001-03
MATRIZ**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO**
CADASTRALDATA DE ABRIL
14/06/2004NOME EMPRESARIAL
ASSOMOGI - ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO MOGITÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
*****CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociaisCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormenteCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADALOGRADOURO
R JOAQUIM MOURAONÚMERO
73 COMPLEMENTOCEP
13.610-070 BAIRRO/DISTRITO
CENTROMUNICÍPIO
LEMESITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO
14/06/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **12/05/2014** às **14:05:01** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso,
[clique aqui.](#)

[Atualize sua página](#)

02460
C.M. LEME
Pr 31/14 Fis 08
M

Ilmo. Sr. Oficial de Registro Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de Leme – São Paulo

Antonio Candido de Azevedo Sodré Filho, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 1.985.326 e do CPF 011.095.968-04 residente e domiciliado à Fazenda Casa Grande, estrada Leme-Ajapi, Corumbataí/SP, vem por meio desta solicitar o registro da Ata de Assembleia Geral Ordinária, lavrada em 24 de Janeiro de 2013, da **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO MOGI.**

Leme, 25 de Janeiro de 2013.

Antonio Candido de Azevedo Sodré Filho

REGISTRO CIVIL - LEME/SRG 1.985.326
AUTENTICAÇÃO - Esta cópia apresentada pela
parte, confere com o original e Dou CPE 011.095.986-04
Leme, 06 FEV. 2013
Autenticação R\$ 2,50
Of. Sub.
DO COM. DE REG. CIVIL DO DE. AUTENTICAÇÃO
AUTENTICAÇÃO
0523AA809938

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP
 Largo Dr. José Domingues dos Santos, 62
 Tels: (19) 3371-6383/2129-CEP.13610-137

REconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
 IAA0157378
 ICA01573783-ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO.,
 SOU RE FILHO.....
 Hou fe. Leme, 28 de Janeiro de 2013.
 Em testemunho da verdade.

ILLIE RAFFELLI CHIMCHI ESTRELENTE
 Nº33537-6/Nr.Cart.:0512-Contas:R\$ 4,25.
 INVALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

Tabela de Notas e Anexo de Letra
LEIA - C.P. 13.610-9 - ES.MPO DE SÃO PAULO
QUELLEZARIEL CHIMACHI
TABELA DE NOTAS E ANEXO DE LETRA
FIRMA

02460

C.M. LEME	
Pr 31/14	Fis 06

**ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO MOGI E REGIÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

De acordo com o previsto nos estatutos sociais, ficam convidados todos os associados a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 24 (vinte e quatro) de Janeiro de 2013, na sede social, sita à Rua Joaquim Mourão, nº 73 – Centro às 17:30 horas em primeira convocação, e às 18:00 horas em segunda convocação para examinar e votar a seguinte Ordem do Dia: 1) Exame e deliberação sobre o relatório, balanço e contas do exercício findo em 31/12/12 acompanhado de parecer do Conselho Fiscal; 2) Participar e votar na eleição para os cargos na Diretoria e no Conselho Fiscal para o triênio 2013 a 2016. Cópia do balanço e as demais peças relacionadas foram publicadas no Jornal A Notícia e estão a disposição dos associados na sede da Associação. Leme/SP, 10 de Janeiro de 2013.

Antonio de Azevedo Sodré
Presidente

Atestado de Notas da Comarca de Leme/SP
Largo Dr. Jose Domingues dos Santos, 62
Tel: (19) 3571-6383/2129-CEP. 13610-137

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
AA0157380
AA01573801-ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO..
SODRE FILHO
Dou fe, Leme, 25 de Janeiro de 2013.
Em testemunho da verdade.

ILLIE RAFFELLI CHIMONTE CRENENTE
0335399-2 Nr Cart 00522/CELESTAS 4-25.
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE!

Atestado de Notas e Anexo de Leme
LEME - CEP 13610-137 - ESTADO DE SÃO PAULO
FIRMA 1
0522AA157380
ILLIE RAFFELLI CHIMONTE CRENENTE
0335399-2 Nr Cart 00522/CELESTAS 4-25.
VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE!

de Azevedo

REGISTRO CIVIL - LEME/SP
AUTENTICAÇÃO - Esta cópia apresentada pela parte, confere com o original e Dou fe.

06 FEV. 2013

Autenticação R\$ 2,50

Roberta Maria Viginoti - Of. Sub.

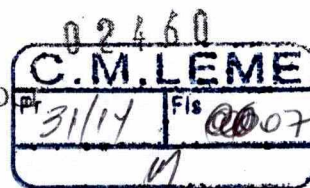
Cópia Notariada AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO

0523AA809939

ASSOMOGI - ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO VALE DO MO

CNPJ: 06.319.574/0001-03



Ata de Assembleia Geral Ordinária
Realizada em 24 de janeiro de 2013

Data.hora: 24 de janeiro de 2013, em segunda convocação às 18:00 horas.

Local: Na sede da Associação, Rua Joaquim Mourão, nº73, Centro, Leme, Estado de São Paulo.

Presença: Em segunda convocação conforme assinaturas na lista.

Convocação: Publicação do Edital de Convocação no Jornal A Notícia, pág. 4, em 19 de janeiro de 2013, nos termos do artigo 24 do Estatuto Social, afixado o edital de convocação na sede da associação desde o dia 14 de Janeiro de 2013.

Ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária : -Exame e deliberação sobre as contas do exercício de 2012; 2 -Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o triênio de 2013 a 2016.

Deliberações: 1) Foi apresentado, debatido e aprovado por unanimidade pelos associados presentes as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. 2) Em seguida o Presidente passou ao item segundo da ordem do dia referente à eleição da diretoria e do conselho fiscal, e colocou o assunto em deliberação, após esclarecimentos deu início a votação. A chapa concorrente foi eleita por unanimidade, para gestão de 2013/2016. O presidente da mesa Sr. Antônio C. de Azevedo Sodré, declarou eleitos e a seguir empossados como membros da Diretoria para o triênio 2013 a 2016, os seguintes associados: como Diretor Presidente, Antonio Candido de Azevedo Sodré Filho, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 011.095.968-04, RG1.985.326, residente na Faz. Casa Grande, Estrada Leme Ajapi, Km 11, Caixa Postal 159, CEP 13540-000, Corumbataí/SP; Vice-Presidente, Rodrigo de Oliveira Penteado, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 551.205.209-87 e RG 15.164.159, residente e domiciliado na Rua Das Dracenas, 55 Vale Verde, CEP 13613-330, Corumbataí/SP; Diretor Substituto, Cícero Antonio da Rosa, brasileiro, produtor rural, CPF/MF 256.192.098-00 e RG 23.016.559-X, residente e domiciliado à Rua Sebastião de Oliveira Guimarães, 245, Jardim Renascença, CEP 13612-



230 - Leme-SP e como Diretores sem designação específica, Guilherme de Azevedo Sodré, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 090.427.638-41 e RG. 13.565.859-7, residente e domiciliado à Rua Alcides Ricardini Neves, 12, Cj. 907, Brooklin Novo, São Paulo/SP; Francisco Pariz Neto, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 269.819.048-53 e RG 2.823.349-9, residente e domiciliado à Rua Rafael de Barros, 1042, Centro, CEP 13610-200, Leme/SP; Marcelo Costa Censoni, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 025.050.738-21 e RG 11.565.421, residente à Rua Antonio Gomes Diniz, 26, Bairro Colinas da Mantiqueira - São João da Boa Vista; Diego Hernandez Viel, brasileiro, solteiro, produtor rural, CPF/MF 362.174.068-01 e RG 42.135.227-9 residente Sítio Santa Terezinha, Estrada Municipal - USJ, CEP 13600-000 - Araras/SP Conselho Fiscal, Guaracy Benedito Rosa, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 440.468.988-87 e RG. 7.462.242, residente e domiciliado no Sítio Planalto, Estrada Leme/Ajapi Km 10, Bairro Planalto, CEP 13540-000, Corumbataí/SP; Douglas Lopes de Lucena, brasileiro, casado, Gerente Financeiro, CPF/MF 184.755.498-96 e RG 28.062.323-9, residente à Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 19, CEP 05763-470, São Paulo - SP; o Sr. Osvaldo Picoli, brasileiro, casado, CPF/MF 966.467.568-72 e RG 5.100.017, produtor rural, residente no Sítio Santa Tereza, CEP 13610-000, Leme - SP e como Suplentes, Felipe G. Whitaker Assumpção, brasileiro, solteiro, produtor rural, CPF/MF 037.210.628-50 e RG. 4.611.676, e residente e domiciliado à Rua Prof. Filadélfio Azevedo, 639, Apto. 141, CEP 04508-011, São Paulo/SP; Tarciso A. Sardinha, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 066.832.438-40 e RG 17.767.657, residente no Sítio São Caetano, CEP 13610-000, Leme - SP; Sérgio Roberto Anversa, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 272.689.428-34 e RG 4.194.967, residente e domiciliado à Rua José Sundfeld, 204, CEP 13631-070, Pirassununga - SP. Seguiram-se debates e informações sobre temas do interesse do setor.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta.

Leme, 24 de janeiro de 2013.

REGISTRO CIVIL LEME/SP
AUTENTICACAO Esta copia apresentada pela parte, confere com o original e o...
Presidente
Len. 06 FEV. 2013
Roberta Maria Minioti - Of. Sub.
0523AA809941

ISRAEL DONISETI LAVEZZO
Diretor Técnico

Reconhecimento (s)
de firma no verso

C.M. LEME	
Pr 31/14	Fis 9

Tabelião de Notas e Anexo de Leme LEME - CEP 13610-139 - ESTADO DE SÃO PAULO FIRMA 2 0522AA026489
--

<p>Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP Largo Dr. Jose Domingues dos Santos, 62 Tel: (19) 3571-6383/2129-CEP. 13610.137</p> <p>Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: AA0026489 [AA0026489]-ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO., SOBRE FILHO..... [AA0026489]-ISRAEL DOMINGOS LAVEZZO..... Dou fe. Leme, 25 de Janeiro de 2013. Em testemunho da verdade.</p> <p>ILLIE RAFFELLI CHIMACHU-BECK-VERTE 0335400-B Mr. Cart. 1022-Cadastr. R\$ 8,50. VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE</p>
--

<p>REGISTRO CIVIL - LEME/SP AUTENTICACAO: Esta copia representada pela parte, confere com a original e Dou fe. 06 FEV. 2013 Leme, 06 de Fevereiro de 2013. Coleção de Notas - Of. Sub. DE AUTENTICACAO 0523AA809942</p>



Diretor Presidente, Antonio Candido de Azevedo Sodré Filho, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 011.095.968-04, RG 1.985.326, residente na Faz. Casa Grande, Estrada Leme Ajapi, Km 11, Caixa Postal 159, CEP 13540-000, Corumbataí/SP; Vice-Presidente, Rodrigo de Oliveira Pentead, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 551.205.209-87 e RG 15.164.159, residente e domiciliado na Rua Das Dracenas, 55 Vale Verde, CEP 13613-330, Leme/SP; Diretor Superintendente, Cícero Antonio da Rosa, brasileiro, produtor rural, CPF/MF 256.193.098-00 e RG 23.016.559-X, residente e domiciliado à Rua Sebastião de Oliveira Gusmão, 245, Jardim Renascença, CEP 13612-230 - Leme-SP e como Diretores sem designação específica, Guilherme de Azevedo Sodré, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 090.427.638-41 e RG. 13.565.859-7, residente e domiciliado à Rua Alcides Ricardini Neves, 12, Cj. 907, Brooklin Novo, São Paulo/SP; Francisco Pariz Neto, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 269.819.048-53 e RG 2.823.349-9, residente e domiciliado á Rua Rafael de Barros, 1042, Centro, CEP 13610-200, Leme/SP; Marcelo Costa Censoni, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 025.050.738-21 e RG 11.565.421, residente à Rua Antonio Gomes Diniz, 26, Bairro Colinas da Mantiqueira - São João da Boa Vista; Diego Hernandes Viel, brasileiro, solteiro, produtor rural, CPF/MF 362.174.068-01 e RG 42.135.227-9 residente Sítio Santa Terezinha, Estrada Municipal - USJ - cep 13600-000, Araras/SP; Conselho Fiscal, Guaracy Benedito Rosa, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 440.468.988-87 e RG. 7.462.242, residente e domiciliado no Sítio Planalto, Estrada Leme/Ajapi Km 10, Bairro Planalto, CEP 13540-000, Corumbataí/SP; Douglas Lopes de Lucena, brasileiro, casado, Gerente Financeiro, CPF/MF 184.755.498-96 e RG 28.062.323-9, residente à Rua Nossa Senhora do Bom Conselho, 19, CEP 05763-470, São Paulo - SP; o Sr. Osvaldo Picoli, brasileiro, casado, CPF/MF 966.467.568-72 e RG 5.100.017, produtor rural, residente no Sítio Santa Tereza, CEP 13610-000, Leme - SP e como Suplentes, Felipe G. Whitaker Assumpção, brasileiro, solteiro, produtor rural, CPF/MF 037.210.628-50 e RG. 4.611.676, e residente e domiciliado à Rua Prof. Eiladelfio Azevedo, 639, Apto. 141, CEP 04508-011, São Paulo/SP; Tarciso A. Sardinha, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 066.832.438-40 e RG 17.767.657, residente no Sítio São Caetano, CEP 13610-000,

Leme - SP. Sergio Roberto Panversa, brasileiro, casado, produtor rural, CPF/MF 066.832.438-40 e RG 17.767.657, residente e domiciliado à Rua José Sundfeld, 204, CEP 13631-070, Pirassununga/SP.

Leme,

Roberta Maria Vigninoti - O. Sub.



Antonio Candido de Azevedo Sodré Filho
Presidente

Reconhecimento (s)
de firma no verso

C.M. LEME	
Pr 31/14	Fis 42

REGISTRO CIVIL - LEME/SP
 AUTENTICAÇÃO - Esta cópia apresentada pela
 parte, confere com o original e Dou fe.

06 FEV. 2013

0523AA809944

SELO DE AUTENTICAÇÃO

Tabelião de Notas e Anexo de Leme

LEME - SP

ILLIUS VELLERCHINACHE

0522AA157379

Tabelião de Notas da Comarca de Leme/SP

Largo Dr. Jose Domingues dos Santos:62

Tel:s:(19)3571-6383/2129-CEP.13610-137

Reconheço por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:

AAA0157379

ICAA01573791-ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO..

SOBRE FILHO

Dou fe. Leme, 25 de Janeiro de 2013.

Em testemunho X da verdade

ILUIE RAPELLI SOBRINHO ESCRIVENTE

0335398-4 Nr Cart. Of. Custas:R\$ 4,25.

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

0523AA809945

REGISTRO DE PRESENÇA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013.

nº	Nome	Representante	Assinatura
	FLÁVIO APARECIDO BARROS	ISRAEL D. LAVEZZO	
	APPARECIDO MARTINS MARINHO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	MARLI APARECIDA DOS SANTOS M. MARINHO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	ADEMIR MARTINS MARINHO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	PEDRO AGENOR MARCONI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	VALENTIM BENEDITO FELIPPE	ISRAEL D. LAVEZZO	
	SERGIO FERNANDO SCATOLINI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	JOSÉ APARECIDO LUCIANO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	JESUINO JOSÉ DECARLI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	SERGIO ROBERTO ANVERSA	ISRAEL D. LAVEZZO	
	HILDA ROSA FLUETI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	ARNALDO JORGE DA SILVA	ISRAEL D. LAVEZZO	
	ORIVALDO PAVÃO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	JOSÉ LAVEZZO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	LAZARO CAPODIFOGGIO	JOÃO B. BATISTELA	
	REGINALDO DE CARLI	JOÃO B. BATISTELA	
	NERCIO CELLIM	JOÃO B. BATISTELA	
	MARIA LEONILDE MARTIN BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	EDENILSON JOSÉ BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	JOÃO VALDIR BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	NILSON DOMINGOS BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	CECÍLIA ERHART DE BARROS	JOÃO B. BATISTELA	
	EDVALDO LUIS BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	ARMANDO BOSCOLO	JOÃO B. BATISTELA	
	PAULO SÉRGIO BATISTELA	JOÃO B. BATISTELA	
	OSVALDO DE CARLI	JOÃO B. BATISTELA	
	PEDRO CONTI	JOÃO B. BATISTELA	
	IRINEU DE CARLI	JOÃO B. BATISTELA	
	ANTONIO DE FREITAS	JOÃO B. BATISTELA	
	VILMA UNGLOUB DE FREITAS	JOÃO B. BATISTELA	
	ANTONIO BENEDITO FABIANO	JOÃO B. BATISTELA	
	JOAQUIM COELHO	JOÃO B. BATISTELA	
	LAÉRCIO APARECIDO DE GODOY	JOÃO B. BATISTELA	
	IVALDO APARECIDO TAMBOLIM	JOÃO B. BATISTELA	
	WALTER LUIS TAMBOLIM	JOÃO B. BATISTELA	

TABELEJO DE NOTAS E ANEXO DE LEME (SP)
PRAC. DE REGISTRO DE NOTAS E ANEXO DE LEME (SP)
ELLIE
AUTENTICADO EM 24/01/2013
RS 246

Reconhecimento(s)
de firma no verso.

REGISTRO CIVIL - LEME/SP

AUTENTICAÇÃO: Esta cópia apresentada pela parte, comparece com o original e é verdadeira.

JOÃO B. BATISTELA

Len. 06/FEV. 2013

Roberta Maria de Jesus Dr. Sub.

VÁLIDO

AUTENTICAÇÃO

0523AA809946

REGISTRO DE PRESENÇA: ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE JANEIRO DE 2013.

n°	Nome	Representante	Assinatura
	FLÁVIO APARECIDO BARROS	ISRAEL D. LAVEZZO	
	APPARECIDO MARTINS MARINHO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	MARLI APARECIDA DOS SANTOS M. MARINHO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	ADEMIR MARTINS MARINHO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	PEDRO AGENOR MARCONI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	VALENTIM BENEDITO FELIPPE	ISRAEL D. LAVEZZO	
	SERGIO FERNANDO SCATOLINI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	JOSÉ APARECIDO LUCIANO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	JESUINO JOSÉ DE CARLI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	SERGIO ROBERTO ANVERSA	ISRAEL D. LAVEZZO	
	HILDA ROSA FLUETI	ISRAEL D. LAVEZZO	
	ARNALDO JORGE DA SILVA	ISRAEL D. LAVEZZO	
	ORIVALDO PAVÃO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	JOSÉ LAVEZZO	ISRAEL D. LAVEZZO	
	LAZARO CAPODIFOGGIO	JOÃO B. BATISTELA	
	REGINALDO DE CARLI	JOÃO B. BATISTELA	
	NERCIO CELLIM	JOÃO B. BATISTELA	
	MARIA LEONILDE MARTIN BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	EDENILSON JOSÉ BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	JOÃO VALDIR BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	NILSON DOMINGOS BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	CECÍLIA ERHART DE BARROS	JOÃO B. BATISTELA	
	EDVALDO LUIS BERTOLINI	JOÃO B. BATISTELA	
	ARMANDO BOSCOLO	JOÃO B. BATISTELA	
	PAULO SÉRGIO BATISTELA	JOÃO B. BATISTELA	
	OSVALDO DE CARLI	JOÃO B. BATISTELA	
	PEDRO CONTI	JOÃO B. BATISTELA	
	IRINEU DE CARLI	JOÃO B. BATISTELA	
	ANTONIO DE FREITAS	JOÃO B. BATISTELA	
	VILMA UNGLOUB DE FREITAS	JOÃO B. BATISTELA	
	ANTONIO BENEDITO FABIANO	JOÃO B. BATISTELA	
	JOAQUIM COELHO	JOÃO B. BATISTELA	
	LAÉRCIO APARECIDO DE GODOY	JOÃO B. BATISTELA	
	IVALDO APARECIDO TAMBOLIM	JOÃO B. BATISTELA	
	WALTER LUIS TAMBOLIM	JOÃO B. BATISTELA	

Reconhecimento(s)
de firma no verso.

Depoimento

Depoimento



ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I

Da Denominação, Sede, Finalidade e Duração

Artigo 1º - Sob a denominação de ASSOMOGI - Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi, encontra-se constituída uma associação civil, sem fins lucrativos, que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis

Artigo 2º - A sede da associação está localizada à Rua Joaquim Mourão, n.º 73, Centro, na cidade de Leme, Estado de São Paulo e sua área de ação se estende predominantemente aos municípios da região.

Artigo 3º - A associação tem como finalidade o exercício de mútua colaboração entre os associados, visando à prestação, pela entidade, de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agrícolas e para melhorar as condições de vida de seus integrantes, com especial ênfase para o desenvolvimento de novas tecnologias e modelos sócio-produtivos, para a promoção e divulgação de estudos e pesquisas, técnicas de produção e manejo, mercado e preços, melhoria de qualidade e produtividade da produção agrossilvipastoril, a preservação do meio ambiente, o apoio em convênios de seguro saúde, assistência médica e odontológica e de ensino.

Parágrafo Único: A consecução dos fins sociais dar-se-á pela execução direta ou participação em cursos e projetos, programas e planos de ações desenvolvidos pela associação, só ou em parceria com outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, órgãos públicos municipais, estaduais ou federais, e entidades internacionais.

Artigo 4º - Para consecução da sua finalidade, a associação poderá:

- a) Congregar em seu seio os que se dediquem à produção agrossilvipastoril;
- b) Colaborar com os poderes públicos no sentido de fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;
- c) Articular os elementos da classe rural a fim de promover a defesa dos seus direitos e interesses e realizar as suas aspirações, bem como o progresso e o aprimoramento da agricultura;
- d) Manter com entidades congêneres relações de cordialidade e cooperação;
- e) Manter serviços de assistência técnica, econômica e social;
- f) Sustentar e defender perante entes públicos, os interesses e aspirações de seus associados;
- g) Promover o ensino profissional de interesse agrossilvipastoril diretamente ou em cooperação com os órgãos oficiais;
- h) Pugnar para a aplicação das medidas relativas à padronização e classificação dos produtos agrossilvipastoris;
- i) Colaborar na aplicação das leis atinentes à vida rural;

- j) Auxiliar ou executar, quando devidamente credenciado, serviços oficiais de estatísticas;
- k) Organizar serviços de arbitragem nos meios rurais e bem assim, de avaliação e peritagens, atendendo a legislação em vigor;
- l) Estimular a economia dos negócios dos seus associados, favorecendo a aquisição da propriedade rural e promovendo a constituição e desenvolvimento das cooperativas que realizam a defesa dos seus interesses econômicos;
- m) Realizar e ou participar de exposições agrossilvipastoris, distritais, municipais ou regionais;
- n) Desempenhar atribuições que por intermédio de seus órgãos superiores lhe forem delegados pelos poderes públicos;
- o) Firmar convênios para prestar assistência médico-hospitalar, odontológica e farmacêutica aos produtores e aos trabalhadores rurais e seus dependentes, e ao público em geral.
- p) Manter convênios com laboratórios, balanças de pesagens, instituições científicas e de pesquisa, visando a defesa econômica da classe. Estimular a produção de mudas selecionadas, para distribuição aos produtores rurais.
- q) Publicar um "Boletim Informativo" dando ciência aos produtores rurais, da legislação agropecuária na parte referente a classe, bem como indicando as novidades sobre variedades de culturas e sobre moléstias incidentes nas mesmas;

Artigo 5º - A duração da sociedade é por prazo indeterminado.

Parágrafo Único: A associação não tem fins lucrativos, e não distribui, entre seus associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades.

CAPÍTULO II

Dos Associados

Seção I

Da Admissão, Demissão, Suspensão e Exclusão

Artigo 6º - São considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tais, mediante o preenchimento de formulário próprio, e que sejam aprovados pela Diretoria e mantenham em dia as contribuições estipuladas pela assembléia geral ou pela Diretoria quando for o caso e fiel obediência a este estatuto e deliberações da associação.

Parágrafo Único: Os colaboradores e seus dependentes vinculados ao proprietário associado, assim como os dependentes deste último seja qual for a idade e a critério dos proprietários poderão se associar na qualidade de ASSOCIADO VINCULADO, entretanto, sem direito a voto nas assembléias gerais.

Artigo 7º - O número de associados é ilimitado, não podendo, porém, ser inferior a 5 (cinco) membros;

[Handwritten signature]

Artigo 8º - O associado poderá demitir-se da associação, mediante requerimento justificado, apresentado ao Presidente que levará o pedido ao conhecimento da Diretoria, não podendo por esta ser negado.

Artigo 9º - O associado deverá demitir-se da associação se deixar de atender aos requisitos exigidos para a sua admissão ou de permanência no quadro de sócios.

Artigo 10 - A suspensão do associado se dará quando o mesmo ofender à administração da associação, abusar da confiança delegada em prejuízo dos demais associados, cometimento de falta grave ou proceder de forma indecorosa.

Artigo 11º - A exclusão será aplicada pela Diretoria ao associado que infringir qualquer disposição legal ou estatutária, pela inadimplência de contribuições, ou por atos que prejudiquem o interesse da Associação, devendo haver imediata notificação, por escrito, ao associado.

Parágrafo Primeiro - O associado suspenso ou excluído poderá recorrer à Assembléia Geral dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Segundo - O recurso não terá efeito suspensivo mas obrigatoriamente será apreciado na primeira Assembléia Geral que deverá se realizar no prazo máximo de 120 dias para efetivar a exclusão.

Parágrafo Terceiro - A exclusão considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no parágrafo primeiro deste artigo.

Artigo 12º - O associado que se demitiu ou o excluído por inadimplência, poderão ser readmitidos, este último mediante o pagamento integral da dívida.

Seção II Dos Direitos, Deveres e Responsabilidades

Artigo 13º - São direitos do associado:

- Participar dos programas de benefícios e gozar de outras vantagens que Associação venha realizar ou conceder;
- Votar e ser votado para membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal;
- Participar das reuniões na Assembléia Geral, discutindo e votando os assuntos que nelas forem tratados;
- Ter acesso aos livros e documentos fiscais, contábeis e de controles administrativos, nas épocas próprias, mediante requerimento prévio à Diretoria que fixará a data do acesso e as circunstâncias;
- Solicitar a qualquer tempo, esclarecimentos e informações sobre as atividades da Associação e propor medidas de interesse para o seu aperfeiçoamento e desenvolvimento;
- Convocar a Assembléia Geral em conjunto com dois terços dos associados e fazer nela representar, nos termos e nas condições previstos neste estatuto;
- Demitir-se da Associação quando lhe convier.

Artigo 14° - É dever de todo associado:

- a) Observar as disposições legais e estatutárias, bem como as deliberações regularmente tomadas pela Diretoria e pela Assembléia Geral;
- b) Respeitar os compromissos assumidos para com a Associação;
- c) Manter-se em dia com as suas contribuições;
- d) Contribuir, por todos os meios ao seu alcance, para proteger o bom nome e progresso da Associação.

Artigo 15° - Os associados não responderão pelas obrigações contraídas pela Associação.

CAPÍTULO III

Das Fontes de Recursos para Manutenção e Patrimônio

Artigo 16° - O patrimônio e os recursos de manutenção da Associação constituir-se-ão das anuidades, contribuições dos associados, das taxas previstas em Lei, convênios, auxílios, donativos, legados, dos bens móveis, imóveis e respectivas rendas.

Parágrafo único: os recursos patrimoniais serão aplicados integralmente na consecução dos objetivos sociais.

Artigo 17° - Os recursos disponíveis serão depositados ou aplicados em instituições financeiras, móveis ou imóveis, sendo vedado o emprego de recursos, em operações de risco ou em transações estranhas as finalidades da Associação.

CAPÍTULO IV

Da Organização Administrativa

Seção I

Da Assembléia Geral

Artigo 18° - A Assembléia Geral dos associados é órgão soberano em qualquer decisão de interesse da Associação, nos limites do que dispuser a lei e na conformidade deste Estatuto, podendo, dela participar, todos os associados em pleno gozo de seus direitos sociais.

Artigo 19° - A Assembléia reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no decorrer do primeiro trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocada nos termos deste Estatuto.

Artigo 20° - Compete à Assembléia Geral Ordinária, privativamente:

- a) Apreciar e votar o Relatório, Balanço e Contas da Diretoria
- b) Eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal quando este for convocado;

[Handwritten signature]

Artigo 21° - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a) Deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e, neste caso, nomear os liquidantes e, após examinar, votar as suas contas;
- b) Decidir sobre a mudança de objetivos e reforma do Estatuto Social;
- c) Autorizar a diretoria alienar ou gravar bens imóveis.

Artigo 22° - As Assembléias Gerais deliberam validamente em primeira convocação, com a presença de metade e mais um dos associados, e com qualquer número de associados presentes, nas convocações seguintes.

Artigo 23° - A Assembléia Geral será normalmente convocada pelo Presidente, podendo também ser convocada pela Diretoria, nos termos do artigo 29, inciso "e" deste estatuto ou, ainda, por 2/3 (dois terços) dos associados em pleno gozo dos direitos sociais.

Artigo 24° - A Assembléia Geral será convocada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, mediante aviso afixado na sede e publicação do Edital, pela imprensa local.

Artigo 25° - As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, sendo que, cada associado terá direito a um voto, cabendo ao Presidente o voto de minerva. A votação, em regra, será feita por aclamação, podendo, no entanto, optar pelo voto secreto, atendendo-se então às normas usuais.

Artigo 26° - As deliberações das Assembléias deverão constar de ata, lavrada em livro próprio e assinada pelo presidente e pelo secretário.

Seção II Da Administração e Fiscalização

Artigo 27° - A administração da Associação será exercida de acordo com os seguintes princípios:

- a) Respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência;
- b) Adoção de praticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação nos processos decisórios;
- c) Constituição de Conselho Fiscal ou órgão equivalente, com atribuições para opinar sobre relatórios de desempenho contábil e sobre operações patrimoniais, emitindo pareceres à Diretoria;
- d) Respeito às seguintes normas de prestações de contas:

I. Observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;

II. Publicização, ao final do exercício social, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras, inclusive certidões

[Handwritten signature]

negativas junto ao INSS e FGTS, suscetível do exame por qualquer associado;

- III. Auditoria interna ou externa, quando julgadas pela Diretoria como necessárias, para análise das suas contas mas sempre quando for o caso de analisar a aplicação de verbas oriundas diretamente dos Poderes Públicos Federal, estadual e ou municipal;
- IV. Prestação de contas dos recursos e bens de origem recebidos mediante Termo de Parceria conforme determina o parágrafo único do artigo 70, da Constituição Federal.

Artigo 28º - A Diretoria será constituída por até 07 (sete) membros efetivos, com as designações de Presidente, Vice-Presidente, e Diretor Superintendente, e mais até 4 (quatro) Diretores sem designação específica, eleitos por um mandato de 03 (três) anos, entre associados em pleno gozo de seus direitos sociais, sendo permitida a reeleição. Ao término dos mandatos os diretores permanecerão em seus cargos até a eleição e posse dos substitutos.

Parágrafo Único: A associação se obriga com duas assinaturas: do Presidente com o Vice Presidente ou do Presidente com o Superintendente ou, na ausência do Presidente obriga-se com as assinaturas em conjunto do Vice Presidente com o Superintendente, obriga-se também com a assinatura do Presidente ou do Vice Presidente em conjunto com um procurador nomeado pela sociedade e que seja associado com mandato no máximo de dois anos e com poderes específicos.

Artigo 29º - Compete à Diretoria, que decidirá sempre por maioria dos presentes a reunião, administrar a sociedade e em especial:

- a) Promover a realização das finalidades da ASSOMOGI como determinam os seus Estatutos Sociais, dando destino conveniente aos valores recolhidos pelos associados conforme previsto na legislação em vigor;
- b) Deliberar sobre admissão, demissão ou exclusão de associados;
- c) Admitir e demitir funcionários, fixando-lhes a remuneração;
- d) Autorizar despesas e contratação de serviços de terceiros;
- e) Convocar Assembléias Gerais dos associados caso o Presidente não faça nos prazos legais desde que com a assinatura de pelo menos quatro diretores;
- f) Mandar lavrar em livro próprio as atas de reuniões;
- g) Fixar a contribuição periódica dos associados.

Artigo 30º - O Presidente é o representante legal da Associação ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele.

Artigo 31º - Compete ao Presidente, que no seu impedimento será substituído pelo Vice-Presidente:

[Handwritten signature]

- a) Convocar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, observado o disposto nos artigos 23 e 29, inciso "e", deste estatuto, e presidi-las;
- b) Solucionar os casos de urgência, submetendo-se o mais depressa possível à aprovação da Diretoria, e, praticar qualquer ato assecuratório dos direitos e interesses da Associação;
- c) Determinar em conjunto com os demais diretores o pagamento das despesas da Associação.
- d) Apresentar anualmente à Assembléia Geral Ordinária, o relatório das atividades da Associação do exercício findo, o qual, com antecedência de 5 (cinco) dias deverá estar à disposição dos associados;
- e) Assinar convênios com instituições públicas e privadas.

Artigo 32º – Compete ao Diretor Superintendente:

- a) Movimentar as contas da Associação, assinando cheques, ordens de pagamento, fazendo transferências bancárias e tudo o que mais for necessário para atender o objeto social sempre em conjunto com o Presidente ou, na ausência deste, de acordo com o disposto no parágrafo único do artigo 28 deste estatuto, mandar lavrar as atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral, tendo sob sua responsabilidade os respectivos livros;
- b) Elaborar ou mandar elaborar as correspondências, relatórios e outros documentos análogos;
- c) Zelar para que a contabilidade da associação seja mantida em ordem e em dia;
- d) Arrecadar as receitas e depositar o numerário disponível, nos bancos onde a sociedade mantiver conta;
- e) Proceder aos pagamentos autorizados pela Diretoria;
- f) Assinar, conjuntamente com um outro diretor ou com um procurador da associação, convênios e outros documentos ou títulos relativos ao objeto social;
- g) Mandar proceder às escriturações contábil e fiscal;
- h) Verificar e visar os documentos de receitas e despesas;
- i) Zelar pelo recolhimento das obrigações tributárias e outras dívidas de responsabilidade da Associação;

Artigo 33º - O Conselho Fiscal, quando julgado necessário pelos associados, será eleito em Assembléia Geral e constituído por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, associados ou não e funcionará validamente, com a presença de 2 (dois) membros apenas.

Artigo 34º – Compete ao Conselho Fiscal, em especial, decidir sobre assuntos que a Assembléia ou a Diretoria submeter à sua apreciação, além de opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e as operações patrimoniais, emitindo pareceres à Diretoria, que os apresentará em Assembléia Geral.

Artigo 35º – Os Diretores perderão seus mandatos, sempre que não comparecerem as reuniões da Diretoria ou Assembléias, 5 (cinco) vezes consecutivas.

[Handwritten signature]

CAPÍTULO V

Das Alterações das Disposições Estatutárias

Artigo 36° - O Estatuto Social poderá ser parcial ou totalmente alterado pela Assembleia Geral Extraordinária, com a decisão favorável de 2/3 (dois terços) da maioria absoluta dos associados em primeira convocação, ou, por 2/3 (dois terços) dos associados presentes em segunda convocação.

Artigo 37° - O *quorum* de que trata o artigo anterior, também será exigido nos casos de destituição de administradores.

CAPÍTULO VI

Dissolução

Artigo 38° - No caso de dissolução, competirá a Assembleia Geral, especialmente convocada, estabelecer o modo de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que funcionarão durante o período de liquidação.

Artigo 39° - Extinta a associação, seu patrimônio será doado às Santas Casas de Misericórdia conveniadas com a ASSOMOGI.

Parágrafo Primeiro: No caso de a associação obter o reconhecimento previsto na Lei Federal n. 9.790. de 23.03.1999, o patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica contemplada com a mesma qualificação prevista na legislação citada, de acordo com a decisão da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo: No caso de perda da qualificação prevista na Lei Federal n. 9.790. de 23.03.1999, o acervo patrimonial disponível adquirido com recursos públicos decorrentes de Termos de Parceria firmados pela associação será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da referida Lei.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Gerais

Artigo 40° - Na dissolução ou alteração de suas finalidades, serão convidados pela diretoria dois advogados ou contadores para opinarem antes da votação.

Artigo 41° - Se em caso de renúncia, morte ou impedimento absoluto, verificar-se na Diretoria um número de vagas que impossibilite ou dificulte o seu funcionamento normal, convocar-se-á a Assembleia Geral, para que proceda novas eleições, pelas quais os substitutos eleitos completarão o tempo de mandato dos substituídos.

Artigo 42° - O exercício de qualquer cargo administrativo na Associação, será absolutamente gratuito, sendo vedada a distribuição de lucros, bonificações, vantagens e dividendos a dirigentes e a todos os membros da Diretoria.

[Handwritten signature]

Artigo 43° - É vedado em reuniões ordinárias da Associação, a discussão de qualquer questão de caráter religioso ou político-partidário.

Artigo 44° - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria.

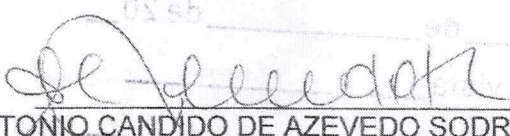
Artigo 45° - Fica eleito o sistema de arbitragem previsto na Lei nº 9.307/96 para dirimir conflitos decorrentes destes estatutos sociais, ficando indicados, desde já, como árbitros, os Drs. Claudio Faccioli, Luiz Francisco Medina e Otávio Antonio da Cunha os quais integrarão o Tribunal Arbitral. Caso as partes em divergência decidam por árbitro único, deverão escolher em comum acordo dentre eles qual será o árbitro. Na ausência ou impedimento dos árbitros indicados, o(s) árbitro(s) remanescente(s) escolherá(o) o(s) substituto(s). Se todos os árbitros estiverem ausentes ou impedidos, o Tribunal Arbitral será composto por árbitros indicados pela Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (FIESP).

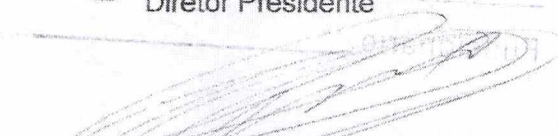
Parágrafo Primeiro: Os árbitros estabelecerão as regras dentro dos Limites da Lei e, não havendo consenso entre eles, prevalecerão as regras da Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo (FIESP).

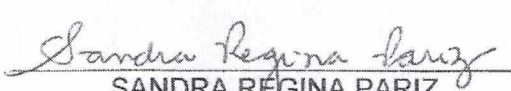
Parágrafo Segundo: Fica feito o foro da Comarca de Leme para apreciar qualquer medida necessária a implantar o processo arbitral ou medidas eventualmente necessárias para complementar o processo arbitral ou executar a sentença.

Artigo 46° - O presente Estatuto foi aprovado em Assembléia Geral de constituição, realizada em 24 de Abril de 2004 e reformado parcialmente em Assembléias realizadas em 27 de Fevereiro de 2007, 27 de Março de 2009, 09 de Outubro de 2009 e 30 de Março de 2012.

Leme, 30 de Março de 2012.


ANTONIO CANDIDO DE AZEVEDO SODRÉ FILHO
Diretor Presidente


JOÃO CARLOS PINHEIRO
Secretário


SANDRA REGINA PARIZ
OAB - SP 117.926

Reconhecimento(s)
de firma no verso

Ao Expediente

19 / 5 / 20 14


PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F.	<input checked="" type="checkbox"/>
O.F.C.	<input checked="" type="checkbox"/>
O.S.P.	<input type="checkbox"/>
S.E.C.L.T.	<input type="checkbox"/>
P.U.O.P.S.	<input type="checkbox"/>

Em 19 / 5 / 17

VISTA

Em 19 de 5 de 20 14

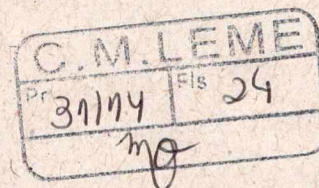
Com vista às Comissões

Funcionário 



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO - COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

Projeto de Lei nº 18/14.

Declara de utilidade pública a ASSOMOGI – Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi.

Autoria: Ver. Osvald Antunes da Silva.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o Projeto de Lei nº 18/14, de autoria do Ver. Osvald Antunes da Silva, declarando de utilidade a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi, verificou que o mesmo encontra-se devidamente instruído, dentro das normas regimentais.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade e legalidade na tramitação da matéria veiculada. É o nosso Parecer.

22 de maio de 2014.

Sala das Comissões, Palmiro Ferreira Vieira, em



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 31/10/14	Fis 25
mg	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Eduardo Leme da Silva

Presidente

Gilson Henrique Lani

Vice Presidente

Osvair Antunes da Silva

Secretário

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Francisco Ferreira da Silva

Presidente

Jose Sérgio Zachariotto

Vice Presidente

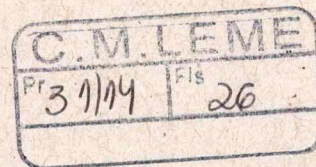
Osvair Antunes da Silva

Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



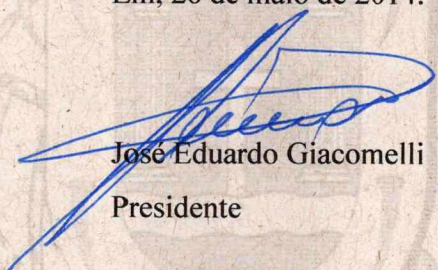
A Ordem do Dia

26 / 5 / 2014

PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 18/14, APROVADO POR UNANIMIDADE EM 1ª E 2ª VOTAÇÃO

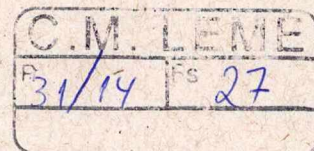
Em, 26 de maio de 2014.


José Eduardo Giacomelli
Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei nº 18/14, declara de utilidade pública a “ASSOMOGI – Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi”.

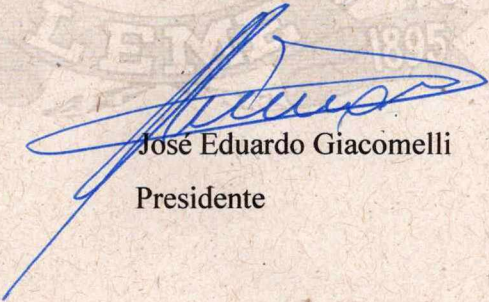
O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica declarada de utilidade pública a “ASSOMOGI – Associação dos Produtores Rurais do Vale do Mogi”, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por prazo indeterminado, com foro no município de Leme, Estado de São Paulo, onde está sediada a Rua Joaquim Mourão, nº 73, Centro, regendo-se pela legislação em vigor e pelas normas estatutárias, inscrita no CNPJ/MF nº 06.319.574/0001-03.

Artigo 2º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das verbas próprias, consignadas no Orçamento.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições e contrário.

Leme, em 27 de maio de 2014.



José Eduardo Giacomelli

Presidente